

Diretor da FENAM apóia o MUSPE e critica as falsas cooperativas

O Dr. Sami El Jundi, Diretor Federação Nacional dos Médicos (Fenam) e Conselheiro do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul, participou da manifestação dos servidores da saúde e demais categorias nesta 5ª feira, dia 02/10, ao lado do Presidente do SinMed/RJ, Dr. Jorge Darze, levando a solidariedade da entidade nacional aos médicos do setor público de saúde do Rio. Ele parabenizou a união dos servidores públicos no Rio de Janeiro, destacando que este é um exemplo importante a ser seguido pelos outros estados brasileiros. Referindo-se aos xingamentos do governador aos médicos do Hospital Getúlio Vargas, o diretor da Fenam afirmou nenhuma autoridade teve atitude tão desrespeitosa contra os médicos em outros estados. "Não existe paralelo no resto do país, nem mesmo em Pernambuco ou em Alagoas, onde houve confronto direto dos médicos com as autoridades". Por outro lado, observou o médico, a postura do governador do Rio motivou o surgimento do espírito de solidariedade que alimenta o movimento unificado. "O governador usou a velha tática dos políticos: atacar antes de ser atacado. Preferiu passar por destemperado para não ter de passar por incompetente, tentando transformar em réus os seus acusadores", frisou.

O representante da Fenam ressaltou que, no processo de precarização da saúde, o Rio de Janeiro atingiu um grau crítico, que é mais grave que nos outros estados, não só em consequência dos baixos salários, mas porque o setor enfrenta os maiores níveis de terceirização na rede pública, onde atuam as falsas cooperativas. "Esta é uma relação de trabalho fraudulenta e não é precária, pois fraudas os direitos trabalhistas e a população. É o símbolo de desmonte do SUS que fraudas a nossa Constituição e o acesso da população à saúde", destacou.

O Dr. Sami e o Dr. Jorge Darze participarão de audiência nesta 6ª feira (dia 03/10), no Ministério Público do Trabalho, aqui no Rio, para solicitar que o órgão cobre do governo informações sobre as cooperativas: quantas e quais são, quantos profissionais estão contratados, que serviços são sendo obtidos, quanto o Estado gasta e deste montante, quanto fica com as cooperativas, entre outras informações. Ele lembra que o percentual de repasse para as cooperativas aceitável está na faixa de 15% a 18%.